

# Etanol põe ministérios em lados opostos

Relações Exteriores quer renovar isenção de tarifa para EUA; Agricultura é contra

Loirena Rodrigues / BRASÍLIA

O fim da cota de isenção para importação de etanol dos Estados Unidos abriu uma disputa no governo brasileiro e colocou em lados opostos os Ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores.

Desde o início deste mês, todo o etanol vendido pelos EUA ao Brasil paga tarifa de 20%. Até então, havia uma cota de 750 milhões de litros por ano que poderia ser exportada sem taxa, cujo prazo expirou em agosto.

A renovação da isenção é o objeto da disputa, que deverá ser decidida pelo presidente Jair Bolsonaro. Segundo o *Estado/Broadcast* apurou, o chanceler Ernesto Araújo quer dar mais prazo para os Estados Unidos e defende a renovação da cota por noventa dias. A ideia é, nesse prazo, intensificar as negociações de um acordo com os americanos que envolva o acesso ao mercado de lés do açúcar brasileiro em troca da retirada da tarifa do etanol importado pelo Brasil.

Já o Ministério da Agricultura é contrário à renovação da cota e quer utilizar a cobrança imediata da tarifa como instrumento de pressão para que saia o acordo, que já vem sendo discutido há mais de um ano. A avaliação da pasta, segundo fontes, é que os americanos não sinalizaram nenhuma intenção de fechar algum acordo agora e que a prorrogação da cota deixa o Brasil sem cartas na manga.

Segundo a reportagem apurou, apesar de defender a abertura comercial, o Ministério da Economia ficou “no meio do caminho” nessa discussão, já que, para a pasta, o mais importante é conseguir o acordo mais abrangente possível. Assim como na Agricultura, fontes da área econômica também veem as eleições americanas como algo que pode ser “trabalhado” e não renovar a cota pode ser uma forma de pressionar pelo acordo que envolva o açúcar brasileiro.

A decisão final quanto à renovação ou não da cota de etanol será do presidente Jair Bolsonaro, que, apesar de considerar Donald Trump seu principal aliado internacional, vem

sofrendo pressão dos produtores de cana-de-açúcar brasileiros pela manutenção da taxa. Parlamentares do Nordeste, que é o destino do etanol americano, têm feito contato com o presidente e defendido a não renovação da cota.

Nesta semana, os técnicos continuam em conversas sobre o assunto, que tem de passar pela Câmara de Comércio Exterior (Cames), que reúne vários ministérios.

Questionado, o Ministério

● **Regra 20%** é a tarifa de importação que os produtores passaram a pagar este mês para exportar etanol para o Brasil

**750 milhões** de litros por ano, até então, podiam ser exportados pelos EUA para o Brasil livre de tarifas

da Economia informou que “o governo está construindo uma posição sobre o tema e que não tem um posicionamento definitivo, não cabendo, portanto, nenhum comentário sobre o assunto por parte da pasta neste momento”. Agricultura e Itamaraty não se manifestaram.

**Retaliação.** A questão do etanol é sensível para a campanha de reeleição do presidente Donald Trump, que está de olho

nos votos do chamado “corn belt”, onde é produzido o milho, do qual é feito o etanol dos EUA. No início de agosto, o presidente americano, sem dar detalhes, ameaçou retaliar o Brasil pela cobrança de taxas sobre o etanol e disse que era necessário uma “equalização de tarifas”.

A redução da cota para importação pelos EUA do açúcar brasileiro sem o pagamento da tarifa, anunciada na sexta-feira, foi vista pelo governo

brasileiro como parte da retaliação prometida por Trump pelo fato de a cota do etanol ainda não ter sido renovada pelo Brasil.

Para os brasileiros, etanol e açúcar são derivados da cana e uma isenção de tarifas na compra do açúcar brasileiro seria ideal, o que permitiria a contrapartida de isenção do etanol americano. Nos EUA, porém, são dois lobbies distintos, já que lá o açúcar é feito de beterraba e o etanol, de milho.

17/09/2020, ÀS 14H - LEILÃO ONLINE DE

## APARTAMENTO DE ALTO PADRÃO

EM ITAJAÍ/SC - BALNEÁRIO SANTA CLARA - PRAIA BRAVA

Área privativa de 166,75 m², 03 suítes, lavabo decorado, sala de estar e jantar, lavanderia, hidromassagem e 03 vagas de garagem. Área de lazer e serviços com 05 piscinas, pet shop, adega, 14 salões de festa, academia, entre outros.

Consulte no site o anexo "DESCRIÇÃO DO IMÓVEL" para mais detalhes.



Apartamento no Condomínio Brava Home Resort - Torre 07. Rua Delfim Mário Pádua Peixoto, 350. DESOCUPADO. LANCE INICIAL: R\$ 3.800.000,00.

ENVIE SEU LANCE EM:  
[WWW.SODRESANTORO.COM.BR](http://WWW.SODRESANTORO.COM.BR)

**Moacir De Santi**  
Leiloeiro Oficial

Visitas deverão ser agendadas previamente com o Dr. Juvenal Campos pelo número 11 98447-4749. Pagamento à vista mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Efeitar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro com até 24 horas de antecedência ao evento. Consulte as condições de venda e de pagamento completas no edital disponível em [www.sodresantoro.com.br](http://www.sodresantoro.com.br). Dados e valores sujeitos a alterações até a data do leilão. Informações: 11 2464-6464 e [af@sodresantoro.com.br](mailto:af@sodresantoro.com.br). Moacir De Santi, JUCESP nº 315.

# Abandono do teto causa recessão e eleva juros e inflação, diz Economia

Estudo da Secretaria de Política Econômica

reage ao debate sobre flexibilização do teto de gastos do Orçamento

Ildiana Tomazelli / BRASÍLIA

O abandono do teto de gastos, mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação, poderia mergulhar o País numa recessão ainda mais profunda em 2020, reduzir o crescimento em 2021, além de elevar juros e inflação, calcula a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia.

O órgão divulgou ontem uma nota técnica em defesa do teto, num momento em que economistas de diferentes correntes de pensamento aderem à defesa por mudanças na regra.

Em entrevista ao *Estado/Broadcast*, o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga defendeu uma “flexibilização limitada e transparente” do teto, associada a um compromisso firme do governo com as reformas.

A equipe econômica, porém, tem feito uma defesa enfática do teto de gastos. O secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, diz que o teto “é uma importante política social”. “Ele não está lá por ideologia, mas porque ele gera resultados benéficos para o País, principalmente para população mais pobre. Ele gera emprego e inflação mais baixa”, afirma.

Segundo o secretário, o teto “não é o inimigo”, mas sim um termômetro da necessidade de rever gastos obrigatórios.

Nos cálculos da SPE, o abandono da regra acentuaria a que-

da do PIB esperada para este ano. Hoje a previsão de recuo é de 4,7%, mas o tombo poderia chegar a 6,9%. Além disso, o crescimento esperado para 2021, de 3,2%, ficaria menor, com alta de 1,7%.

O chamado “cenário alternativo” foi feito a partir de um exercício que compara o que teria acontecido em caso de abandono do teto no 1º trimestre deste ano, “elevando as probabilidades de mudança de regime”.

● **Tudo sobe sem teto**

**6,9%** É quanto cairia o PIB se o teto de gastos for retirado; hoje a previsão é de recuo de 4,7%, segundo a SPE; a taxa básica de juros chegaria a 3,7% ao ano no fim de 2020 e a inflação iria a 3,5%

com o cenário base (atual).

Outros efeitos do fim do teto, na avaliação da SPE, seria o aumento dos juros e da inflação. De acordo com os cálculos, o risco fiscal maior levaria a taxa Selic a 3,7% ao ano no fim de 2020, 1,7 ponto percentual acima do projetado hoje para o período. Ao fim de 2021, a Selic chegaria a 4,1% sem o teto, 1,1 pp maior que o previsto no cenário base atual da Secretaria.

**Inflação.** No caso da inflação, o IPCA poderia disparar e encerrar o ano em 3,5%, 2,0 pontos percentuais acima do previsto hoje para 2020. No ano que vem, o índice de preços poderia acabar tendo alta de 4,6% sem o teto de gastos, 1,4 pp acima do estimado atualmente para o período.

“Esse aumento (da inflação) ocorre a despeito da piora no cenário de crescimento, porque os agentes que determinam preço nesta economia passam a considerar um risco maior de que o ajuste fiscal será feito via inflação, o que eleva as expectativas de inflação e a in-



Gastos. Sachsida, secretário que fez estudo sobre o teto

flação corrente”, afirma a nota da SPE.

O órgão calcula ainda que o CDS (Credit Default Swap), a taxa extra de juros cobrada pelo investidor internacional para ficar com títulos do Tesouro de cinco anos, poderia subir pelo menos 200 pontos em caso de

abandono do teto sem a aprovação de outros mecanismos de ancoragem fiscal. Essa alta seria reflexo da maior percepção de risco dos investidores em relação ao Brasil, elevando a probabilidade de um default (insolvência) embutida no CDS de cinco anos a 24%.